

POLÍTICA INTERNACIONAL

II Série | Número 28 | Julho 2005



DIRECTOR: JOÃO FERREIRA DE SOUSA . **DIRECTOR-ADJUNTO:** JOÃO DOMINGUES

CHEFE DE REDACÇÃO: PAULO GORJÃO

CONSELHO EDITORIAL

ALEXANDRA PRADO COELHO . ANTÓNIO HORTA FERNANDES . ANTÓNIO MEGA FERREIRA . MARIA DO CÉU PINTO
MARIA RAQUEL FREIRE . PEDRO MAGALHÃES . VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

CONSELHO CIENTÍFICO

ALEXANDRA BARAHONA DE BRITO . ALEXANDRE MANUEL . ANA PAULA BRANDÃO . ÂNGELO CORREIA .
ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ . ARMANDO MARQUES GUEDES . CLÓVIS BRIGAGÃO . DIOGO FREITAS DO AMARAL .
EDUARDO LOURENÇO . FERNANDO D'OLIVEIRA NEVES . FERNANDO FRUTUOSO DE MELO . FRANCISCO DE
FREITAS FERRAZ . FRANCISCO SEIXAS DA COSTA . JEAN KLEIN . JOAQUIM AGUIAR . JOSÉ AZEREDO LOPES .
JOSÉ EDUARDO GARCIA LEANDRO . JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO . JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA . JOSÉ MANUEL
PUREZA . JOSÉ PACHECO PEREIRA . MANUEL DE ALMEIDA RIBEIRO . MARCELO REBELO DE SOUSA . MÁRIO BATISTA
COELHO . MÁRIO BETTENCOURT RESENDES . MICHEL GIRARD . PAULA ESCARAMEIA . PEDRO BACELAR DE
VASCONCELOS . RUI PEREIRA . VITOR RAMALHO



Índice



REDACÇÃO E PUBLICIDADE

IPRIS – Instituto Português de Relações
Internacionais e Segurança
Rua Ferreira Borges, 193 – 1º F
1350-131 Lisboa
Telefone/Fax: (+351) 21 386 79 97
E-mail: ipris@ipris.org
URL: <http://www.ipris.org>

SECRETARIADO E ASSINATURAS

CIDEC – Centro Interdisciplinar de Estudos
Económicos
Palácio Pancas Palha
Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, 1
1149-044 Lisboa
Telefone: (+351) 21 811 60 00
Fax: (+351) 21 811 60 88
E-mail: cidec@cidec.pt
URL: <http://www.cidec.pt>

DIRECÇÃO ARTÍSTICA E INFOGRAFIA

João Lázaro

DESIGN GRÁFICO

João Ribeiro Soares

ILUSTRAÇÕES

Cristina Sampaio
João Lázaro
Luís Lázaro

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Impresse 4, Lda.

DISTRIBUIÇÃO

Editorial Notícias, Lda.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA ANUAL (3 NÚMEROS)

Assinatura de apoio: 80,00 €
Assinatura normal: 40,00 €
Assinatura para estudantes: 27,00 €
Assinatura para a UE: 60,00 €
Assinatura para o resto do mundo: 75,00 €

Depósito legal n.º 65 317/93
ISSN 0873-6650

Editorial

COMBATE AO TERRORISMO TRANSNACIONAL

Informações e investigação criminal 13

Rui Pereira

Este artigo analisa a frágil gestão dos elementos de processos abrangidos pelo segredo de justiça. Informações relevantes para a segurança e para a defesa devem ser transmitidas não para efeitos de investigação criminal, mas sim para continuarem a produzir informações estratégicas.

Terrorismo global e *intelligence* 31

Heitor Romana

Análise sobre o papel que os serviços de informações e as forças de segurança desempenham na definição de riscos e de ameaças, no enquadrar de potenciais alvos, na identificação e no desmontar de esquemas de apoio e de recuo.

As redes de imigração ilegal e o fenómeno do terrorismo 45

José Van Der Kellen

Portugal procura definir quais são para si os espaços regionais mais importantes. A sua situação geográfica joga contra si e a favor de quem se dedica a actividades ligadas à imigração ilegal e criminalidade conexas aos fluxos migratórios irregulares.

MOÇAMBIQUE

As eleições de 2004 em Moçambique: escolhas, implicações e visões 59

Anne Pitcher

Na última década e três actos eleitorais depois, Moçambique passou a integrar a lista de países designados «democracias emergentes». A autora aborda em particular as eleições presidenciais de Dezembro de 2004.

RUANDA

Identidades sociais e etnicidades: pistas de reflexão sobre o Ruanda 81

Nuno Vaz

Análise sobre o fenómeno das entidades sociais no Ruanda e a questão situacional dos contextos em que determinada identidade social se forma. O autor procura revelar os interesses em jogo, para se entender o seu processo de formação.

Maria do Céu Pinto

Este artigo analisa as doutrinas militares que os principais países ocidentais têm vindo a incorporar sobre as lições relativas às limitações das operações da ONU e as inerentes deficiências conceptuais.

Maria Raquel Freire

A segurança transatlântica procura conciliar o idealismo de um mundo unificado por princípios de cooperação, com o realismo da realização de interesses próprios. É feita uma análise das possibilidades, dos limites e das estruturas possíveis.

João Sobral

Após a sua independência, a Geórgia emergiu no sistema internacional como um Estado fraco. Este artigo analisa a razão pela qual um país pequeno como este, é motivo de disputa internacional.

Ricardo Pereira

O autor aborda o período pós-1991 e a incoerência que tem caracterizado as relações entre a Rússia e a Europa, com o crescente prejuízo para a eficácia das estratégias de integração.

Gonçalo Curado

Recensões dos livros *Reagan's Revolution: The Untold Story of the Campaign That Started It All* de Craig Shirley; *Reagan and Gorbachev: How the Cold War Ended* de Jack Matlock; *Ronald Reagan and His Quest to Abolish Nuclear Weapons* de Paul Lettow; *Where the Right Went Wrong: How Neoconservatives Subverted the Reagan Revolution and Hijacked the Bush Presidency* de Patrick J. Buchanan.

As opiniões expressas nos artigos não correspondem forçosamente à posição da «Política Internacional», devendo ser consideradas da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

Editorial

∞ JOÃO FERREIRA DE SOUSA

A UE atravessa uma crise. É um facto, mas não é seguramente uma boa notícia para a Europa e para os europeus, estejam eles dentro da União ou aspirem a aderir a ela. Sem subestimar a gravidade da presente conjuntura, importa contudo recordar que a construção europeia alternou, ao longo de mais de cinquenta anos, entre períodos de avanços institucionais e políticos e crises que conduziram a períodos de estagnação.

A crise actual, a primeira deste século, ocorre após um longo período de avanços muito rápidos em que quer o âmbito territorial quer o conteúdo da construção europeia sofreram mudanças muito significativas. É assim natural que muitas dessas mudanças – Euro, alargamentos, Schengen, mercado interno – tenham sido dificilmente «digeridas» pelas opiniões públicas que hoje se revelam cada vez mais receosas com os novos avanços propostos.

Por outro lado, a construção europeia sofre também com a mudança geracional na Europa. Passado há muito o tempo dos pais fundadores, são hoje os seus netos e bisnetos os depositários do projecto europeu. Para as gerações que viveram a Primeira e a II Guerra Mundial, para as vítimas dos regimes totalitários europeus, a união da Europa era um antídoto contra o nacionalismo e o comunismo soviético, um sonho que justificava o sacrifício da soberania das velhas nações europeias. Os jovens europeus da actualidade, que vivem em paz ininterrupta há 60 anos, consideram natural muito daquilo que o projecto europeu construiu com enorme esforço ao longo de décadas e têm dificuldade em entender que essa construção seja frágil e reversível. O que os leva também a uma visão mais crítica das insuficiências, limites e distorções da actual UE.

Noutro plano, sempre existiu uma forte correlação entre crescimento económico e avanços da integração europeia. Para a opinião pública europeia dos anos 50 e 60 o projecto liberalizador do Tratado de Roma era um garante de mais crescimento e mais prosperidade para os europeus. Percepção partilhada pela opinião pública dos países que aderiram posteriormente, em particular daqueles que tinham atrasos de desenvolvimento após longos períodos de ditadura. Deste ponto de vista, a actual UE é muito frustrante. O imobilismo do chamado «modelo social europeu» tem penalizado a competitividade da economia de vários países da União. Simultaneamente, as condições impostas pela Alemanha para aderir ao Euro estão a contribuir para a estagnação económica na Europa, incluindo na própria Alemanha. Salvaguardando-se

na total independência que lhe foi dada, a política seguida pelo Banco Central Europeu conduziu a taxas de juro que são hoje demasiado altas e a um valor do Euro demasiado elevado face ao dólar que se reflecte na perda de competitividade de todas as economias europeias. O controle dos défices públicos transformado no «dogma» dos 3% do PIB tem estrangulado a acção anti-cíclica dos Estados com o efeito perverso de tornar cada vez mais azedo o sempre difícil debate orçamental no seio da União entre contribuintes líquidos e recebedores líquidos. Terreno fértil onde prosperam os nacionalismos e a xenofobia, no exacto momento em que o projecto europeu, para prosseguir, exige recursos financeiros crescentes. Não será portanto expectável avanços significativos da construção europeia sem que previamente sejam repostos os mecanismos que no passado permitiram taxas de crescimento económico elevadas na Europa.

Sempre existiram também adversários do projecto europeu nos extremos do espectro político. Nacionalistas e comunistas perceberam que a Europa livre, liberal e próspera que se estava a construir inviabilizava a repetição das aventuras totalitárias do passado. Ao invés, o projecto europeu beneficiou, internamente, de um largo consenso positivo da esquerda e da direita democráticas. E, no plano exterior, a aliança americana, os mecanismos de segurança colectivos corporizados na NATO, foram eles também sempre indispensáveis ao sucesso do projecto europeu, impedindo os extremos de interferirem negativamente no seu desenrolar. Paradoxalmente, são hoje os mais «europeístas» dos partidários da construção europeia os principais responsáveis pela actual crise europeia. Ao pretenderem construir uma Europa pólo de poder internacional alternativo aos Estados Unidos da América (EUA) abanaram a relação transatlântica e produziram um discurso anti-americano que amplificou e legitimou as críticas dos velhos adversários da construção europeia. Em 2002, a opinião pública europeia foi anti-americana em nome da autonomia estratégica da Europa e, em 2005, essa mesma opinião pública é tendencialmente anti-europeia em nome da soberania nacional.

Em três anos, assistiu-se à dupla ruptura de dois dos pilares em que assentava a construção europeia, a estreita aliança com os EUA e um largo consenso político interno que impedia nacionalistas e comunistas de o inviabilizarem. Os resultados do referendo francês mostram que parte dos dirigentes e do eleitorado socialista tornaram-se sensíveis ao discurso proteccionista e a políticas de nacionalismo económico que, a serem aplicadas, conduziriam à inevitável desagregação do projecto europeu. Trata-se da manifestação de uma «excepção francesa» de carácter transitório? Ou de um fenómeno que partindo da França se irá estender a outros países, nomeadamente aos países da Europa do Sul onde, historicamente, a influência da extrema-esquerda é

forte? Inversamente, verificar-se-á em França, a curto prazo, uma fractura da coligação que viabilizou o «não» entre os que sempre se opuseram ao projecto europeu e os socialistas críticos do tratado constitucional, abrindo uma nova janela de oportunidade para o relançamento da construção europeia? E qual será a evolução do eleitorado francês quando constatar que o resultado prático do «não» foi o enfraquecimento da posição internacional da França e o reforço da liderança europeia de Tony Blair?

Parece prematuro enterrar desde já o tratado constitucional sem se ter uma resposta a estas perguntas. O compasso de espera agora acordado no Conselho Europeu é a única saída sensata neste momento, deixando para mais tarde, depois das eleições alemãs e francesas, a eventual retoma dos processos de ratificação de um tratado mais ou menos expurgado das suas maiores fragilidades. Até lá a UE tem de dedicar-se às questões básicas, ou seja, às questões orçamentais. A UE pode viver sem tratado constitucional durante alguns anos. Não pode é viver sem orçamento para lá de 2006.

De uma coisa podemos contudo estar certos. Após mais de 50 anos de integração e, nomeadamente, após os avanços dos anos 90, não é possível manter o actual *statu quo* por muito tempo. Face à dificuldade e complexidade dos problemas que todos os países europeus enfrentam, quando manifestamente a capacidade de decisão a nível estritamente nacional já não existe, a exigência de respostas globais a nível europeu far-se-á sentir. Os problemas da segurança, da imigração, da moeda, do crescimento económico, do meio ambiente, da acção internacional, da protecção face à concorrência dos países emergentes da Ásia, todos os problemas que afectam o quotidiano dos cidadãos europeus, só podem ser resolvidos satisfatoriamente à escala europeia. O principal défice neste momento é de soluções europeias para os problemas dos europeus. Contudo, se tal não acontecer, a tendência para a renacionalização dos territórios e das políticas será inelutável. Mas, nesse caso, já não estaremos no quadro da Europa que conhecemos. Só perigosos aprendizes de feiticeiro poderão desejar que tal venha a suceder. O seu custo económico, político, social, seria exorbitante.